



Escola de Guerra Naval



A criação e o desenvolvimento do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval

Cláudio de Carvalho Silveira

Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e Pós-Doutor pela Unesp. Atualmente é Professor do Departamento de Ciências Sociais e Educação da UERJ e pesquisador associado do GEDES-Unesp-Franca e do NEE-Unicamp.

RESUMO

Este artigo é uma abordagem sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval (EGN) desde sua criação até as modificações curriculares feitas em decorrência das mudanças sociais e institucionais ao longo do século XX. Apresentamos os antecedentes do curso, as razões de seu estabelecimento e desenvolvimento, segundo foram estipulados pela Marinha do Brasil. O texto foi extraído da tese de doutorado do autor sobre a formação dos oficiais navais brasileiros, superficialmente modificado para esta publicação.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO, MARINHA DO BRASIL, POLÍTICA E ESTRATÉGIA.

ABSTRACT

The article is an approach about the Course of Politics and Maritime Strategy (C-PEM) of the School of Naval War (EGN) since to his creation and the curricular modifications made in consequence of the social changes and institucionais to the long one of the century XX. We present the preceding of the course, the reasons of his establishment and development, second were stipulated by the brazilian Navy. The text was extracted of the doctorate'tesis of the author about the formation of the brazilian naval officers, superficially modified for this publication.

KEYWORDS: EDUCATION, BRAZILIAN NAVY, POLITIC AND STRATEGY.

INTRODUÇÃO

Este texto é um pequeno extrato da nossa tese de doutorado de 2002¹. Entretanto, aqui descrevemos somente a criação do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) de acordo com o desenrolar dos cursos de estado-maior, instituídos na Escola de Guerra Naval (EGN) durante o século XX. Em primeiro lugar, apresentamos as características gerais da Escola e o tipo de formação que ela proporcionava; em segundo lugar, analisamos o contexto de criação do curso, o seu conteúdo curricular adotado segundo as determinações da Marinha do Brasil (MB) e as necessidades político-estratégicas do Brasil.

Nossa percepção é a de que há todo um esforço da MB em se modernizar na capacitação de seus oficiais, diante da situação nacional e internacional, a fim de formar adequadamente os recursos humanos para a missão, preparo e emprego militar-naval. Este procedimento conta com a influência dos interesses corporativos e da realidade extramuro, que abran-

¹ SILVEIRA, C de C. *A formação dos oficiais da Marinha do Brasil: profissão, educação, pensamento estratégico* (1978-2001). 2002. Tese (Doutorado) IFCH-UNICAMP, Campinas, 2002.

ge o envolvimento de outras instâncias governamentais e do mundo social civil. Assim, a MB seguiu um padrão próximo ao de outras Marinhas do mundo ocidental/América Latina, ao mesmo tempo em que procedeu de maneira autônoma ao estabelecer as características peculiares do C-PEM. Tal procedimento influenciou as outras Forças Armadas brasileiras na criação de seus novos cursos de estado-maior para o aprimoramento de seu oficialato. Ao final do século XX, houve mudanças significativas no C-PEM para ajustá-lo a uma nova situação político-estratégica interna e externa ao Brasil como uma resposta às demandas da formação profissional da carreira dos oficiais da MB.

O ENSINO NA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

O objetivo deste segmento é fazer uma descrição do ensino da EGN em geral, e do C-PEM em particular, no seu atual estágio de organização para que, posteriormente, possa ser desenvolvida sua apresentação como um todo em seu desenrolar histórico, acompanhando o processo e a modernização naval. Assim, consideraremos inicialmente o seu antecessor, o Curso Superior de Guerra Naval (C-SGN) e, depois, o C-PEM. Faremos uma retrospectiva desde a sua criação na década de 80 e sua relação com a evolução do pensamento político-estratégico da MB.

No início do século, o Brasil contava com uma Armada além das capacidades operacionais da Marinha e da realidade do País. A EGN foi fundada em 1914, na cidade do Rio de Janeiro, dentro da preocupação de qualificar melhor a oficialidade naval brasileira com ajuda e influência norte-americana por meio do Naval War College, numa época em que o contexto internacional exigia por conta da eclosão da Primeira Guerra Mundial. “*Lembraí-vos da guerra*” é a frase que está posta em destaque num dos corre-

dores principais onde se desenvolvem as atividades de ensino da EGN. Esta frase, inicialmente, se tornou o lema da EGN, o que foi posteriormente modificado para *Nava/le Bellum Nautis Docere* – ensinar ao nauta a guerra no mar.

A EGN é a repartição mais importante da MB para se aprender o conjunto das doutrinas que fundamentam a missão da corporação e discutir as principais questões relacionadas ao emprego do Poder Naval, dentro da lógica da política militar, enquanto parte integrante da Política de Defesa Nacional (PDN) e da atribuição constitucional das Forças Armadas. A EGN é o lugar privilegiado da formação dos oficiais para ocupar as posições de chefia e comando no prosseguimento da carreira militar naval desde o posto de capitão-tenente ao de capitão-de-mar-e-guerra. Todas as atividades da EGN estão submetidas ao Estado-Maior da Armada (EMA), que é responsável por aprovar o seu regimento, fixar as vagas para os cursos e aprovar os seus currículos.

A EGN tem por função a formação em alto nível dos oficiais da MB para a ocupação dos postos da Alta Administração Naval. A Escola oferece anualmente quatro modalidades de curso: Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-MOI), Curso Superior (C-SUP), Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-MOS) e Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM). Esta nova nomenclatura é resultado de portaria ministerial de 1997, o que não alterou o perfil dos cursos existentes anteriormente. O C-PEM, que faz parte do C-AEM (Curso de Altos Estudos Militares), está destinado a civis e militares da MB no nível de capitão-de-mar-e-guerra ou das outras Forças Armadas que necessitem de qualificação nas questões referentes ao Poder Marítimo nacional. O Exército possui o CEPAX e a Aeronáutica o CPEA, como cursos correlatos, que contam eventualmente com a participação de oficiais da MB.²

² BRASIL. Escola de Guerra Naval. *Regimento interno*. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/egn/htm>>. Acesso em: 1 abr. 2000.

OS CURSOS DE ALTO NÍVEL DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Os cursos de alto nível da EGN (C-SGN e C-PEM) se organizaram com uma estrutura curricular de grande abrangência, tratando de temas especificamente militares, como os jogos de guerra e as operações navais, ao mesmo tempo que dispensava maior atenção aos conteúdos das Ciências Sociais. O curso de maior importância foi, até 1969, o C-SGN, cujo propósito inicial era a “atualização e aperfeiçoamento de oficiais do Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais, Escola Naval, Intendência da Marinha e Quadro Médico, para o exercício das funções de comando, chefia e planejamento, inerentes aos ofícios-generais”. Isto ocorreu dentro da chamada “fase de consolidação” da EGN, que, segundo Val³, transcorreu entre 1963 e 1992, após o período de “implantação” (1914-1945) e o de “busca de identidade” (1946-1962). Em 1968, a Marinha optou por retomar os dois cursos regulares existentes desde o início de seu funcionamento: o Curso de Comando e Estado-Maior (C-CEM) e o Curso Superior de Guerra Naval (C-SUP). Val ressalta que esta foi uma mudança significativa, acompanhada da transformação do instrumento jurídico-administrativo para gerir a EGN: os decretos presidenciais foram substituídos pelas portarias ministeriais. Assim, a Marinha passou a ter “mais autonomia para gerir a EGN. Com isso, a Escola se tornava uma instituição mais ágil no atendimento aos objetivos da Marinha de Guerra”. Este era um tempo de mudanças político-administrativas e de espaço físico também. Em 1970, a Escola foi transferida do centro da cidade do Rio de Janeiro para o bairro da Urca, zona sul, onde permanece até os dias de hoje.

A partir de 1971, houve o estabelecimento de um novo currículo para os dois cursos regulares citados acima, além de um curso básico à distância, preparatório para o ingresso na Escola, que foi suspenso entre 1974 e 1979. Neste ano, a Escola criou o

Centro de Estudos Avançados, com o intuito de prestar apoio às suas atividades de pesquisa e às atividades curriculares. O Centro de Estudos Avançados foi transformado em Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE), existente até hoje com os mesmos objetivos. Então, ficaram estabelecidos dois cursos: o C-CEM e o C-SGN, que foram denominados Cursos de Altos Estudos (CAEM).⁴

O C-PEM foi criado pelo Ministro Henrique Saboia, pela Portaria Ministerial 0473, de 31 de março de 1984, com a denominação de Curso de Política e Estratégia do Mar, mudado em 1992 para Curso de Política e Estratégia Marítimas, no momento em que a EGN completava 70 anos de existência⁵. Ele se tornou o mais importante dos cursos da EGN em função do seu objetivo de preparar os futuros oficiais-generais da Marinha. O C-PEM foi criado no momento em que a transição política da ditadura à democracia passava por um momento crucial com a eleição do primeiro presidente civil, pela via indireta, e as perspectivas de transformações mais profundas na ordem político-institucional e na corporação naval. Ele passou a ser o substituto natural do C-SGN para a EGN e a própria MB. Esta é a razão pela qual este trabalho enfoca o currículo destes dois cursos, para tentar compreender a formação dos oficiais e a sua relação com o pensamento político-estratégico da MB, vinculando-os ao contexto histórico do País e da corporação. Entretanto, o Diretor da EGN na ocasião, Almirante Mário César Flores, relata, na entrevista, que a criação do C-PEM foi apenas a mudança de nomenclatura, dado que se manteve com o mesmo propósito e conteúdo do C-SGN.

De fato, havia um hiato muito grande, que deveria ser suprido, entre o Curso de Estado-Maior, feito pelos capitães-de-corveta, e o C-SGN, feito pelos capitães-de-mar-e-guerra. O Vice-Almirante Armando Vidigal, porém, afir-

³ VAL, S. *A Escola de Guerra Naval e a formação dos quadros de elite da Marinha do Brasil*. 1995. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

⁴ BRASIL. Escola de Guerra Naval. *Currículos do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM): 1985-2001*. [s.n.t.]

⁵ Ibid.

ma que a criação do C-PEM obedeceu também à necessidade de melhor especificação da formação dos oficiais no nível de estado-maior no enquadramento de carreira para efeitos de remuneração⁶. Esta era uma época muito fértil na EGN, quando foram introduzidos os jogos de guerra e o treinamento de operações ribeirinhas para os fuzileiros navais, tal como a experiência forjada no Naval War College. A criação do C-PEM foi tão bem-sucedida que inspirou o Exército Brasileiro (EB) a fazer o mesmo na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e a Aeronáutica a criar seu curso na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar). Embora haja coincidência com o período final da transição política, Flores ressalta que não teve nada a ver com o momento político-institucional. Foram razões meramente de conveniência do ensino que levaram a MB a criar o C-PEM suprimindo a lacuna cultural-institucional para a formação de seus oficiais.

A preocupação maior era o aperfeiçoamento profissional ligado à possibilidade da ascensão ao Almirantado. Daí, não havia influência do campo político-ideológico. De acordo com Flores⁷, a EGN sempre se pautou pela orientação geral da MB, que não se deixou levar pelos interesses políticos internos. Para ele, há muito exagero neste assunto em relação às escolas militares, cujos componentes não percebiam a situação com a mesma intensidade. Não que inexistisse o vínculo político-ideológico de seus membros, mas não havia imposição dos valores dominantes no âmbito da corporação. A própria Escola Superior de Guerra (ESG) não tinha influência nas escolas militares. Decerto que os temas ligados à ordem interna eram tratados, porém, somente em três ou quatro conferências de participantes da ESG e do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), atualmente conhecido como Centro de Inteligência da Marinha (CIM).

Os currículos da EGN eram absolutamente imunes ao problema político-ideológico e,

mesmo na época do fim do regime ditatorial, não despertavam interesse por tais questões, conforme a tradição da MB. Algum envolvimento dos fuzileiros navais na segurança interna era requerido, assim como a área de informações da corporação. Porém, esta era uma parcela diminuta, porque a maioria da MB estava preocupada com a defesa externa do País, ao contrário do Exército, que sempre foi mais hegemônico, intervencionista e tutelar.

Na EGN, os oposicionistas e os situacionistas tinham ampla liberdade para expor as suas idéias, mesmo nos anos mais duros do regime. Não havia, então, doutrinação, mas discussão sobre as questões nacionais de interesse da corporação naval. Por causa da ênfase profissional, estudavam-se disciplinas como Logística, Administração, Política Externa, Operações Navais e Operações Anfíbias.

Nos demais cursos da EGN o que há é o peso doutrinário-hierárquico que atua por gravidade, assim como em todas as Forças Armadas do mundo. Este tipo de crivo gera uma patrulha subliminar não-ostensiva e não-violenta. Mas, nos cursos superiores, como o C-PEM, a discussão é absolutamente livre e gira em torno dos temas de preparo e emprego da Força, aquisição de meios, etc. Havia e há discussão das interpretações diferentes que atacam ou defendem quaisquer concepções, inclusive com a presença do chefe do EMA. As monografias produzidas trazem muitas críticas à organização e aos procedimentos da MB, sem o impeditivo de quaisquer partes. O senso crítico, dialógico e reflexivo tem sido uma constante. Assim, afirma Flores: "A EGN foi sempre aberta e continua sendo".

Essa postura é confirmada por Vidigal, antecessor de Flores na direção da EGN, em entrevista para este trabalho, concedida em março de 2001. A Escola tem tido um ensino aberto ao longo do tempo, mesmo no período ditatorial, em que, como diretor, deu a sua contribuição, pois viveu o processo de

⁶ Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro de 2001.

⁷ Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro, em 30 de março de 2001.

transição da ditadura para a democracia. Alguma abertura já havia, mas o seu período lá contribuiu significativamente para as transformações necessárias.

Desta forma, a EGN tenta cumprir a lacuna da precariedade da formação humanística, considerada tão importante para o oficial comandante e prestes a fazer parte da Alta Administração Naval. No entendimento de Vidigal, o C-PEM é, talvez, o melhor curso de estado-maior do Brasil, em termos da formação e da visão do País e do mundo que ele proporciona. Até hoje, a EGN possui um caráter aberto e democrático, inclusive com relação ao Estado e à sociedade civil. A tradicional visão “esguiana” sempre teve muita crítica no seu interior.

Em 1992, houve outra alteração na estrutura administrativa da EGN, quando foi criado o Centro de Cursos por Correspondência (CCC), organizando o Curso Básico e o Curso Superior, para os oficiais intermediários iniciantes no posto de capitão-tenente. Os oficiais do posto de capitão-de-corveta passaram a fazer o C-CEM e os capitães-de-mar-e-guerra a fazer o C-PEM. A atual estrutura de cursos da EGN foi estabelecida pela Portaria Ministerial nº 115/1996 do Ministério da Marinha para a implantação no ano de 1997, em vigor desde então.

OS CURRÍCULOS DO C-PEM (1985 -1990)

O C-PEM teve o seu primeiro currículo aprovado em novembro de 1984 pelo EMA para vigorar a partir de março de 1985, com um total de 1824 horas/aula distribuídas em dez disciplinas, além das viagens de estudo e dos tempos de estudo. Tais disciplinas foram: Prática de Planejamento, Sistemas Administrativos, Conjuntura Econômica, Mobilização, Política, Estratégia, Relações Internacionais, Assuntos Psicossociais, Política Marítima e Política Naval. O curso possuía como propósito principal “a atualização e ampliação de conhecimentos no campo da Estratégia, da Administração, da Política

Marítima e dos assuntos correlatos, com vista a: a) para os oficiais superiores da Marinha, aperfeiçoá-los para o exercício de funções nos altos escalões da Marinha; b) para os civis e oficiais superiores do Exército e Aeronáutica, prepará-los para o exame dos principais assuntos relacionados com a Marinha e o Poder Marítimo”.⁸

Das diretrizes então estipuladas para o C-PEM, podemos destacar: “a) ao término do curso, os oficiais e civis deverão estar em condições de discutir os vários aspectos ligados à formulação das políticas relacionadas com o Poder Marítimo e o Poder Naval, assim como proceder ao exame, à revisão e à elaboração de documentos de alto nível da MB”; “b) os trabalhos curriculares, individuais ou coletivos, abordarão temas reais ou próximos às realidades, cuidadosamente selecionados, de modo a focalizar a atenção e o esforço sobre as conjunturas nacional e internacional, no que for aplicável ao planejamento estratégico da MB... a critério do EMA, poderão ser eventualmente mobilizados como subsídio daquele Estado-Maior”.

A partir de 1987, o currículo tornou explícita a vinculação de tal subsídio com Planejamento Estratégico da Marinha (PEM) e a Sistemática de Planejamento e Administração Naval (SPAN). No geral, a estruturação inicial do C-PEM não diferenciou muito do C-SGN, seja na organização curricular, nos propósitos ou nas diretrizes. Ressaltem-se aqui as mesmas características em função de exortar os oficiais-alunos para que mantivessem a “mente aberta” e o desapego a uma “interpretação rígida ou a uma solução incontestada”. Por isto mesmo, a troca de informações, de experiências e de idéias livres era amplamente estimulada pelo EMA.

A avaliação dos oficiais-alunos era feita por trabalhos em grupo e individuais somente nas disciplinas de Jogos e Planejamento, Sistemas Administrativos, Mobilização, Estratégia, Política Marítima e Política Naval, com peso igual a 1 para todas elas.

⁸ Op. cit. 2001.

Se compararmos os últimos currículos do C-SGN com o primeiro currículo do C-PEM, constatamos que houve um aumento da carga horária em cerca de 20% e a substituição de disciplina Problemas Nacionais por Assuntos Psicossociais, conservando o mesmo tipo de conteúdo. Conforme dito anteriormente, o ano de 1984 foi atípico para o C-SGN, modificando a estrutura e o conteúdo programático a fim de acomodar a transição para o C-PEM. O primeiro currículo do C-PEM é mais próximo dos últimos currículos do C-SGN. O amadurecimento do curso e sua maior caracterização foram constatados ao longo do tempo. O C-PEM vai se organizando melhor e incorporando os temas emergentes na corporação naval, no Estado e na sociedade brasileira. Por exemplo, a reorganização da administração federal, com a criação e o reagrupamento de ministérios, secretarias, empresas estatais; eram levados em conta também o planejamento e a execução de alguma política pública considerada importante, como ciência e tecnologia, política energética, energia nuclear, reforma agrária etc. Outro exemplo pode ser citado no caso da disciplina de Política, que passou a ter uma preocupação maior com a sua primeira unidade, responsável por estabelecer os conceitos fundamentais de sociedade, estado, classe, nação, poder, objetivos e estratégias nacionais, a teoria clássica e a teoria marxista, poder de Estado, partidos e instituições políticas. Além disso, esta disciplina incorporou o conteúdo de Geopolítica, que foi mais tarde agregado à Estratégia.

A partir de 1988, o tema da Justiça Militar passou a ser também um item do programa de Política. Em 1990, esta disciplina ganha mais alguns novos itens, como a discussão sobre um “conceito estratégico nacional e o emprego combinado das Forças Armadas”. Mais ainda, a “visão do Congresso Nacional sobre o papel das Forças Armadas, em especial a MB”. Isto revela a preocupação da corporação em discutir os temas de relacionamento com o Poder Legislativo e as perspectivas em relação à missão da MB, bem como os possíveis mecanismos de pres-

ção adotados de ambos os lados para o preparo e emprego da Força Naval.

As disciplinas mais trabalhadas em termos de tempo gasto são, em geral, Sistemas Administrativos e Mobilização, Estratégia e Política Marítima. Com o decorrer dos anos, a partir de 1987, Estratégia passou a ter uma valorização maior, incorporando os conteúdos de avaliação estratégica de cenários político-militares nas várias regiões do planeta e suas relações com o Brasil, de acordo com o que foi estabelecido no Plano Estratégico da Marinha (PEM). Este procedimento previa o estudo estratégico do Brasil e sua vinculação com o Atlântico Sul, o Caribe, o Índico, o Pacífico Sul, os Estados Unidos, a Europa e as possíveis existências de crises. Os subsídios teóricos para tal eram dados pela disciplina Relações Internacionais ao abordar o sistema internacional e os possíveis espaços de inserção do Brasil.

A partir de 1989, o currículo trouxe nova nomenclatura para a política de segurança em função da criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) pela Constituição Federal de 1988. Esta mudança tem a ver com as discussões sobre o desgaste do termo “segurança nacional” por causa da influência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) difundida no Brasil pela Escola Superior de Guerra (ESG). Os políticos, as Forças Armadas, a opinião pública e a Constituição adotaram um novo termo que entenderam ser mais adequado para o contexto da sociedade democrática, como no caso de “defesa nacional”. Notamos que a própria terminologia esguiana já havia desaparecido do currículo do C-SGN durante um certo tempo, possibilitando a interpretação do declínio da influência direta da DSN na mentalidade militar vigente.

A avaliação também sofreu modificações com o tempo. Os trabalhos estabelecidos para tal, em 1990, foram os seguintes temas: análise de crises, política marítima, política naval, exposição oral de monografia e planejamento estratégico. O currículo de 1990 foi aprovado pelo então chefe do EMA, Mário César Flores, que passaria a ter posterior posição de destaque na MB e no cenário político nacional, a

partir de então, como Ministro da Marinha e da Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo Collor/Itamar Franco.

OS CURRÍCULOS DO C-PEM (1991-2000)

Em 1991, permaneceu a vinculação da SPAN e do PEM. Nos estudos de Política passa a ser incorporado um tópico intitulado “a visão do Congresso Nacional sobre o papel das Forças Armadas, em especial da MB”, que se dividiu no emprego político do Poder Naval e na adequação da Marinha aos interesses nacionais. Isto revela o fato de que o Congresso Nacional passou a ser visto como portador de um peso relativamente maior do que no passado, sendo responsável por decisões importantes, tal qual a consideração anterior. O currículo de 1991 apresenta, de igual modo, uma mudança terminológica para a defesa nacional e a discussão do conceito estratégico nacional. Em 1992, já era encontrada a denominação “política de defesa” como um dos aspectos da política de acordo com a situação relacionada ao regime democrático.

O currículo de 1993 trouxe algumas novidades em termos de organização segundo as diretrizes estabelecidas. Passou a ter três grandes blocos na organização do C-PEM: a) o bloco de Estratégia, em que foi feita “uma avaliação prospectiva de aspectos da conjuntura mundial seguida do estudo de uma concepção estratégica para o Brasil”; b) o segundo bloco analisou a PDN enfatizando a organização das instituições nacionais, como a mobilização e os sistemas administrativos, finalizando com o estudo sobre a política naval; c) o terceiro bloco constou da conjuntura nacional, abrangendo a conjuntura econômica, os assuntos psicossociais, os aspectos políticos e o Poder Marítimo. Note-se que neste período o Brasil ainda não possuía um documento base sobre a PDN, o que só ocorreu em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a MB assim como as outras Forças Armadas entendiam que deveriam discutir os seus princípios fundamentais e tratar de adequá-los à missão específica da cada uma delas.

Os estudos de Relações Internacionais trouxeram novos tópicos abordando a repercussão da United Nations Conference of Environmental Development (UNCED) em 1992, mais conhecida como Rio-92, realizada no Riocentro, em de Jacarepaguá, Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. A criação do Mercosul, estabelecido pelo Tratado de Assunção, é também pela primeira vez abordada em termos de suas perspectivas de integração regional e a sua relação com a política externa do Brasil.

Outro tema importante, até então sem explícita menção anterior, é a discussão sobre a nova ordem mundial, em razão da hegemonia dos Estados Unidos no panorama internacional pós-guerra fria e as suas implicações para o Brasil, inclusive com a perspectiva de criação do Nafta e da criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI). A disciplina de Estratégia passou a ter um empenho maior de carga horária (de 148 para 296 horas) por causa da incorporação de Geopolítica, de Avaliação Estratégica de Crises e Manobra de Crises, organizando mais racionalmente tais conhecimentos, segundo a lógica operacional da MB. A valorização desta disciplina prosseguiu em 1994, aumentando sua carga para 336 horas/aula.

Nesse mesmo ano, o Gerenciamento pela Qualidade Total passou a ser um tópico de Sistemas Administrativos, em razão da introdução deste assunto nas esferas empresariais e governamentais.

A maior parte dos trabalhos avaliados pertence à disciplina de Estratégia. No ano de 1995 ela continua a ter o maior tempo do cronograma estipulado, passando para 344 horas/aula. A segunda disciplina mais bem aquinhoadada é Política Marítima, aqui com um total de 240 horas/aula. Em 1996, a disciplina de Estratégia alcança 376 horas/aula o que foi aumentado para 432 em 1998, caindo para 328 em 2000. Os trabalhos individuais tiveram uma carga horária média de 200 horas/aula. No ano de 2000, esta foi a disciplina com maior tempo disponível depois de Estratégia com um total de 236 horas/aula.

A valorização de disciplinas como Estratégia, Política Marítima e Trabalhos Individuais

ais pode ser explicada pelos propósitos do C-PEM, tornando evidente no próprio título do curso o seu significado, além da necessidade da MB de determinar aos seus oficiais a produção de um conhecimento que seja útil aos objetivos da corporação. Porém, a importância que a disciplina de Estratégia tomou ao longo do tempo está relacionada também às transformações ocorridas dentro e fora da MB, notadamente no Brasil e no mundo. Sem desmerecer as demais, ela torna-se a disciplina que melhor agrega o elenco de conceitos/temas considerados como mais apropriados para pensar a razão de ser da corporação. Sua discussão vai desde as formulações clássicas sobre a guerra até a formulação das bases para uma estratégia naval brasileira e os jogos de crise internacionais, passando pela avaliação da conjuntura nacional e a evolução do pensamento estratégico naval.

No ano de 1997, a MB e a EGN passaram por um processo de modernização organizacional, com a reformulação operacional dos planos de carreira. O currículo de 1998 põe também uma unidade inteira com vários tópicos sobre a SPAN e, assim, apresenta um único diferencial em relação ao anterior. Isto ocorreu em função da necessidade de aplicação dos conhecimentos político-estratégicos no planejamento naval.

Em 2000, o currículo do C-PEM sofreu as mudanças que o aproximam da situação atual, a fim de completar a modernização da estrutura organizacional da corporação e da EGN. Isto possibilitou seu desenvolvimento para uma situação de maior maturidade, considerando as inovações sociais do cenário do final do século, conhecidas, genericamente, pelo nome de globalização.⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos demonstrar que o currículo do C-PEM materializa interesses, questões e modelos de pensamento e ação oriundos da dinâmica econômica, política e cultural da realidade social brasileira e externa, segundo o período histórico recente. Vimos que, na trajetória de modernização na MB, esse curso cumpriu, e tem cumprido, uma função de destaque como um diferencial em relação ao seu antecessor, pois há uma gama de maior complexidade tratada no seu planejamento curricular pelos temas abordados e das disciplinas oferecidas frente às motivações internas e externas ao País. Deste modo, tal planejamento e a sua adequação para cada tipo de disciplina sofreram um tipo de variação que alterou as respectivas cargas horárias em nome da importância/prestígio, eleitos pelos critérios corporativos para se coadunarem com as áreas de conhecimento exigidas. É o que vimos no caso da disciplina de Estratégia, que possui maior peso do que as demais, o que não poderia ser diferente por causa dos objetivos propostos.

A partir do contexto democrático, a elaboração de um tipo de proposta político-pedagógica que valoriza o pensamento crítico se acentuou, ainda que contida nas determinações da cultura castrense brasileira. Na mesma situação, a participação dos civis de dentro e de fora da esfera governamental foi acentuada, auxiliando a dar novo impulso ao processo de modernização que resultou num formato educacional mais adequado à realidade das transformações ocorridas no final do século XX no Brasil e no mundo.

Na trajetória da MB houve uma série de modificações curriculares e um maior

⁹ Em um outro artigo decorrente da mesma tese feita por nós, abordamos as mudanças ocorridas no C-PEM e seu vínculo com os interesses internos e externos à MB e ao País. De todo modo, cabe registrar que consideramos tais modificações uma considerável novidade na formação militar-naval brasileira, em que pese a existência de questões problemáticas para as relações civis-militares na democracia existente em nosso País, como é o tema da autonomia político-institucional das Forças Armadas brasileiras. (SILVEIRA, C. de C. Considerações sobre o curso de Política e Estratégias Marítimas da Marinha do Brasil. *Security and Defense Studies Review: interdisciplinary journal of the chds, NDU, Washington, DC, v.4, n.2, p.202-225, primavera 2004.* Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/journal/index.htm>>.

entrosamento com o contexto sociopolítico. Mesmo assim, avaliamos que, desde então, as melhorias existentes dependiam de maior completude, conforme as características de uma democracia ainda a ser consolidada.

FONTES

DOCUMENTAIS

BRASIL. Escola de Guerra Naval. *Currículos do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM): 1985-2001*. [s.n.t.]

BRASIL. Escola de Guerra Naval. Regimento interno. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/egn/htm>>. Acesso em: 1 abr. 2000.

BIBLIOGRÁFICAS

SILVEIRA, C. de C. Considerações sobre o curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil. *Security and Defense Studies Review: interdisciplinary journal of the chds*, NDU, Washington, DC, v.4, n.2, p.202-225, primavera 2004. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/journal/index.htm>>.

_____. *A formação dos oficiais da Marinha do Brasil: profissão, educação, pensamento estratégico (1978-2001)*. 2002. Tese (Doutorado) IFCH-UNICAMP, Campinas, 2002.

VAL, S. *A Escola de Guerra Naval e a formação dos quadros de elite da Marinha do Brasil*. 1995. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.